

Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado

Stagnation in Latin America and the Brazilian development strategy: analysis of the early years of Celso

Furtado's exile

Renata Bianconi*

Resumo

O início dos anos 1960 é marcado por dificuldades econômicas em diversos países latino-americanos que haviam avançado no processo de industrialização por substituição de importações. Ao iniciar seu longo exílio após o golpe militar no Brasil, em 1964, Celso Furtado discute as tendências à estagnação observadas na América Latina. Iniciadas no ILPES (Chile) e prosseguidas na Universidade de Yale, essas discussões são apresentadas pelo autor no livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. O presente trabalho busca destacar a abrangente reflexão realizada nessa obra, e apresenta também a análise crítica elaborada por Furtado sobre a estratégia de crescimento adotada no Brasil pelo governo militar, realizada já durante o exílio do autor na França.

Palavras-chave: Celso Furtado, subdesenvolvimento, progresso tecnológico, estagnação, dependência.

Abstract

The early 1960s were marked by economic difficulties in several Latin American countries that had advanced in the process of industrialization through import substitution. At the beginning of his exile, after the military putsch in 1964, Furtado discussed about the trends of stagnation observed in Latin America. Furtado started these discussions when he was at ILPES (Chile) and continued at Yale University, and presented these discussions in the book *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina (Underdevelopment and stagnation in Latin America)*. The present study is devoted to the comprehensive reflection presented in Furtado's book. It is also devoted to Furtado's critical analysis of the Brazilian growth strategy during the military government, performed during his exile in France.

* Pesquisadora de Pós-Doutorado no Instituto de Economia da UNICAMP. Bolsista, Convênio FAPESP/CAPES, processo nº 2014/26062-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES.

XI Congresso Brasileiro
de História Econômica

14 a 16 de setembro de 2015 | Vitória/ES

12^a Conferência Internacional
de História de Empresas



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA



Departamento de Economia
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

Keywords: Celso Furtado, underdevelopment, technological progress, stagnation, dependence.

Introdução

Intelectual e servidor público, o economista Celso Furtado é privado de seus direitos políticos pelo golpe de Estado de 1964 no Brasil, sendo compelido ao exílio. Trabalhando na Cepal (1949-1957), Furtado aprofunda seus conhecimentos sobre a realidade dos países latino-americanos; sua participação no governo brasileiro – na Sudene e no Ministério do Planejamento – transforma-o em observador privilegiado das tensões que marcam a América Latina desde a Revolução Cubana. Independente dos poderes políticos de sua região natal, Furtado dispunha de capital político e intelectual constituído em âmbito internacional (Garcia, 1998), que provinha tanto de sua formação européia (Sorbonne e Cambridge) quanto de sua ação no período formativo da CEPAL ao lado de Raúl Prebisch. No entanto, o projeto de desenvolvimento econômico que Furtado busca implementar no Nordeste, e que dependia do enfrentamento dos interesses estabelecidos na região, encontra também entraves de ordem internacional, oriundos da política norte-americana de combate ao comunismo na América Latina (na qual se destaca a Aliança para o Progresso).

Em um momento conturbado da vida política do país, com a proximidade do referendo que restabeleceria os plenos poderes presidenciais de João Goulart, Furtado assume o Ministério do Planejamento e elabora o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965. Se a existência de um plano nacional de desenvolvimento era um requisito para a obtenção da ajuda prevista no programa da Aliança para o Progresso, o plano elaborado por Furtado não contará com o apoio internacional; tampouco contará o plano com o apoio político interno necessário à implementação das medidas de estabilização nele preconizadas. Com o fracasso do Plano Trienal, Furtado retorna à Sudene, aí encontrando uma situação política ainda mais tensa: a Aliança para o Progresso transformara-se definitivamente em instrumento de intervenção da administração norte-americana. O golpe de Estado afasta Furtado da direção da Sudene. Integrando a primeira lista de cassações políticas, publicada em 9 de abril de 1964, Furtado deixará o país algumas semanas mais tarde.

Punição atingindo a liberdade de pensamento, a cassação de uma personalidade de renome internacional como Celso Furtado teve grande repercussão: universidades

norte-americanas como Columbia, Harvard e Yale oferecem postos de professor visitante a Celso Furtado, que também recebe convites de instituições ligadas à ONU (Cepal, BID, ILPES) e de diversos países latino-americanos.

Decidido a se consagrar à vida acadêmica, Furtado parte para o Chile, em maio de 1964, onde ministra uma série de seminários no ILPES, antes de instalar-se como pesquisador do Centro de Crescimento Econômico da Universidade de Yale, aí dirigindo um seminário sobre América Latina durante o ano universitário de 1964-1965. Em 1965, Furtado fixa residência na França, aceitando convite para lecionar na Universidade de Paris, à qual permanecerá ligado até 1985 (com diversos períodos de ensino e pesquisa em outros países).

Esta comunicação trata dos primeiros anos do exílio de Celso Furtado, em que é marcante sua análise da evolução do processo econômico brasileiro imediatamente posterior ao golpe militar de 1964. Nesse sentido, a primeira seção deste trabalho é dedicada às reflexões teóricas realizadas no ILPES, num momento em que o esgotamento do processo de substituição de importações parecia conduzir os países latino-americanos à estagnação econômica. Numa segunda seção, considera-se de maneira mais detalhada o livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, e apresenta-se brevemente a crítica dirigida à interpretação de Furtado sobre a estagnação. A terceira seção trata da análise feita por Furtado do período do “milagre” econômico brasileiro, com ênfase no caráter excludente da estratégia adotada. Breves considerações finais encerram este trabalho, buscando sugerir futuros estudos sobre a produção intelectual de Furtado durante seus anos de exílio.

1. Revisão crítica dos textos fundadores da CEPAL

O Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social, dirigido por Prebisch e ligado à CEPAL, surge do impulso dado ao planejamento, no início dos anos 1960, pela Aliança para o Progresso (Rosenthal, 2004). Furtado havia participado da organização do ILPES como representante do governo brasileiro e era membro de seu conselho de direção. O seminário organizado por Furtado reuniu economistas e sociólogos para o debate da problemática desenvolvimento-subdesenvolvimento na América Latina. A perda de dinamismo observada em economias da região já avançadas

no processo de industrialização demandava uma revisão crítica dos textos fundadores da CEPAL: a experiência recente não corroborava a idéia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos por meio da industrialização conduziria ao crescimento auto-sustentado (Furtado, 1997 [1991], cap. 1).

Se a industrialização era indispensável ao desenvolvimento econômico da periferia, Prebisch chamava a atenção, nesse momento em que se organizava a primeira UNCTAD (que seria por ele presidida)¹, para o fato de que se mantinha uma estrutura anacrônica de comércio internacional: produtos primários continuavam a ser trocados por produtos manufaturados (Prebisch, 1963); criavam-se, assim, obstáculos ao processo de industrialização da periferia sempre que suas importações de bens manufaturados crescessem mais rapidamente do que suas exportações de produtos primários. Dessa forma, observando a “insuficiência dinâmica” das economias latino-americanas (Bielschowsky, 2000), Prebisch lutava na UNCTAD por uma reconstrução das relações comerciais internacionais.

Para Furtado, no entanto, mudanças significativas no quadro internacional pareciam ser, naquele momento, “uma miragem” (Furtado, 1997 [1991], p. 72). O autor considerava necessário avançar na compreensão das relações de poder em nível internacional, sobretudo diante da presença crescente de empresas multinacionais nas economias latino-americanas, aprofundando sua dependência externa. Dosman (2011, p. 509) ressalta que a presença de C. Furtado e F. H. Cardoso no ILPES, em 1964, poderia ter marcado o início de um trabalho inédito sobre multinacionais. No entanto, a fim de evitar que um seminário freqüentado por exilados brasileiros conduzisse ao exame do apoio de empresas e elites às novas ditaduras latino-americanas, o governo brasileiro ameaça suspender seu apoio ao financiamento do BID ao instituto. Assim, as pressões sobre o ILPES, em 1964, afastam a possibilidade de estabelecimento de uma linha de pesquisas sobre multinacionais (Dosman, 2011, p. 469-471). De toda forma, as reflexões iniciadas por Furtado no ILPES (e continuadas em Yale) iniciam linha de pesquisa sobre subdesenvolvimento e dependência externa, notadamente do ponto de vista dos efeitos do progresso tecnológico, que o autor desenvolverá durante seu exílio.

¹ Sobre a criação e as realizações da UNCTAD, bem como sobre o papel de Prebisch na organização – pontos que não poderão ser aqui desenvolvidos – veja-se Toye e Toye (2004, cap. 8 e 9) e Dosman (2011).

Furtado inicia os debates em Santiago pela apresentação de duas teses que considerava representativas do pensamento da CEPAL². A primeira diz respeito à conformação da estrutura centro-periferia:

a forma como se deu a propagação do progresso técnico dos centros industrializados à periferia da economia mundial engendrou um sistema de divisão internacional do trabalho que opera como mecanismo de concentração dos frutos do progresso técnico naqueles centros industrializados. (Furtado, 1997 [1991], p.66)

Segundo Furtado, a concepção centro-periferia contém uma teoria do imperialismo, posto que a propagação do progresso técnico que se segue à Revolução Industrial foi estritamente controlada pela Inglaterra, conforme “uma política deliberada de dominação”, que englobava controle da tecnologia e ofensiva diplomática em favor da teoria das vantagens comparativas (Furtado, 1997 [1991], p. 67).

A outra tese representativa do pensamento clássico da CEPAL destacada por Furtado refere-se às diferenças entre os processos de industrialização do centro e da periferia: “[a] tecnologia atualmente disponível corresponde às necessidades de economias de elevados níveis de produtividade e poupança, e os padrões de consumo que se universalizam correspondem a altos níveis de renda” (Furtado, 1997 [1991], p. 66). Essa problemática estaria diretamente ligada à tendência de perda de dinamismo então observada nas economias latino-americanas, atribuída à absorção de tecnologias avançadas e padrões de consumo dispendiosos. Dessa forma, a tendência à estagnação podia ser tratada tanto do ponto de vista da *dependência tecnológica* (com a elevação do coeficiente de capital à medida que se diversificava o sistema produtivo) quanto do ponto de vista do comportamento da demanda. Essa segunda leitura permitia relacionar a questão da dependência tecnológica ao fenômeno da *dependência cultural*: esta última, derivada da adoção de padrões de consumo que incorporam técnicas em avanço permanente, predeterminava a tecnologia a ser empregada no âmbito da industrialização tardia (na qual há concorrência entre o produto manufaturado local e o importado).

Esses debates realizados no ILPES em 1964 apontavam, assim, para o esgotamento explicativo do modelo clássico da CEPAL, segundo o qual a

² O relato mais detalhado que encontramos sobre esses seminários (cujos resultados não foram publicados pela instituição) está em *Os ares do mundo*, obra autobiográfica de Furtado (1997 [1991], cap. 1); veja-se também Dosman (2011).

industrialização conduziria a crescimento auto-sustentado e autonomia de decisões. A observação da realidade latino-americana mostrava, diversamente, uma perda de autonomia de decisão (Furtado, 1997 [1991], p. 74). Para Furtado, a industrialização que tem lugar na América Latina após a Segunda Guerra Mundial ocorre em período de grandes transformações na economia internacional; assim, o fenômeno da concentração do poder econômico e a ação das empresas transnacionais ocuparão lugar de destaque nas reflexões de Furtado em seus anos de exílio.

Dada a evolução do quadro político na América Latina desde a Revolução Cubana, com a subordinação crescente das mudanças internas a fatores exógenos, Furtado enfatiza a necessidade de se observar a situação “de perspectiva mais ampla”, captando-se o sentido da longa duração. Afirma o autor:

O que importava no momento era buscar o sentido do acontecer histórico, em sua dimensão mais ampla, vislumbrar a lógica do que ocorria nos grandes centros de poder. Era contribuir para que a próxima geração no Brasil viesse a exercer o poder com melhor percepção da realidade mundial. (Furtado, 1997 [1991], p. 99)

2. Dominação econômica e tendências à estagnação na América Latina

Instalando-se nos Estados Unidos no segundo semestre de 1964, no Centro de Crescimento Econômico da Universidade de Yale, Furtado desenvolve suas reflexões sobre a situação latino-americana, que serão publicadas no livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Esse livro contém o modelo estagnacionista de Furtado³, desenvolvido em Yale, e que será objeto de controvérsias posteriores, à luz do “milagre” econômico brasileiro. No entanto, o volume apresenta também a primeira análise da situação brasileira elaborada por Furtado no exílio, e “provavelmente sua contribuição mais conhecida na área de ciência política” (Boianovsky, 2014, p. 207), “Obstáculos políticos ao crescimento econômico do Brasil” (Furtado, 1965b, 1965a)⁴. É nesse livro também que Furtado inicia um tratamento mais pormenorizado das conseqüências da concentração do poder econômico em nível internacional e da atuação das grandes empresas (multinacionais) nos países periféricos.

³ Para uma análise do modelo estagnacionista de Celso Furtado (1966, cap. 3), veja-se Coutinho (2012).

⁴ Capítulo 4, “Análise do caso do Brasil”, em Furtado (1966).

Nesse livro, considerado o “auge da versão de Furtado do estruturalismo” (Mallorquín, 2007, p. 811), sua visão do desenvolvimento como uma realidade histórica adquire formulação mais elaborada. Processo contemporâneo ao processo de desenvolvimento, o subdesenvolvimento resulta “da propagação da técnica moderna no processo de constituição de uma economia de escala mundial” (Furtado, 1966, p. 3). Como Furtado mostrara em seu livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), trata-se de processo de desenvolvimento por indução externa; diferentemente do ocorrido nas economias desenvolvidas, nos países subdesenvolvidos o avanço tecnológico não é realizado de forma gradual, mas de modo a engendrar “desajustamento entre a disponibilidade de fatores e a tecnologia que está sendo absorvida” (Furtado, 1961, p. 196).

Em razão de sua natureza substitutiva de importações (em resposta a restrições na capacidade de importações), a industrialização periférica é específica em relação à forma clássica da industrialização européia. Nesta última, o progresso técnico era ao mesmo tempo a base do crescimento e da estabilidade social; na industrialização dos países subdesenvolvidos, por sua vez, a tecnologia é fator exógeno e de limitada adaptação à disponibilidade relativa de fatores de produção desses países. Se Furtado reconhece as vantagens de se ter acesso a tecnologias já elaboradas, ele chama a atenção para o fato de que o caráter exógeno da tecnologia terá conseqüências em relação à distribuição da renda e à orientação dos investimentos.⁵ Furtado observa que “os empresários dos países subdesenvolvidos tendem a seguir de perto, e cada vez mais, os padrões tecnológicos dos países mais avançados, que são os produtores e exportadores de equipamentos” (Furtado, 1966, p. 10). Daí sua conclusão de que a forma de penetração das técnicas modernas nas estruturas subdesenvolvidas em processo de industrialização por substituição de importações engendra problemas no plano social, uma vez que o sistema econômico não é capaz de absorver as massas urbanas subempregadas. Desde logo, são necessárias decisões políticas a fim de promover a racionalização da assimilação de novas tecnologias em função do interesse social. Para

⁵ Sobre esse ponto, Furtado (1966, p. 9) alerta: “A idéia, implícita em muitos esquemas teóricos, de que existe à disposição dos empresários dos países subdesenvolvidos um amplo espectro de tecnologias alternativas, não encontra correspondência na realidade.”

tanto, Furtado sustenta o abandono do “*laissez-faire*” em favor de uma “efetiva planificação”⁶, o que exige “uma redefinição das funções do Estado que somente poderá realizar-se com o apoio de movimentos políticos de grande amplitude, capazes de alterar as bases atuais das estruturas de poder” (Furtado, 1966, p. 15).

Ao analisar, no início dos anos 1960, as possibilidades do desenvolvimento brasileiro, Furtado (1962) estimava que o país adquiriria grau crescente de autonomia de decisões sobre sua vida econômica. No entanto, ao aprofundar a análise das relações de dominação e dependência em âmbito internacional – questões que marcam suas reflexões a partir do exílio, à luz dos acontecimentos recentes na América Latina –, Furtado constata as dificuldades suplementares que se opunham ao controle, pelos povos periféricos, de seu destino.

O autor mostra que, integrando a “esfera de influência” dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, os países latino-americanos deveriam ser submetidos a estrito controle de sua política interna. As modificações na política econômica representavam possibilidades de afastamento da esfera de influência, devendo a política econômica, nesse sentido, “ser estritamente controlada de fora para dentro” (Furtado, 1966, p. 41). A significância de tais esferas de influência no Terceiro Mundo estaria, conforme estima Furtado (1966, p. 46-47) em constituírem sistemas de dominação econômica, dada a reduzida importância delas do ponto de vista da segurança militar das superpotências.

Em relação ao tipo de desenvolvimento preconizado pelos Estados Unidos para a região, Furtado observa que se havia firmado uma doutrina segundo a qual “cabe às empresas privadas norte-americanas um papel básico no desenvolvimento latino-americano e que a execução da política de ‘ajuda’ dos Estados Unidos deve ser principalmente por intermédio dessas empresas” (Furtado, 1966, p. 42). Mais aptas a desempenhar tal função, as grandes empresas contariam com o apoio da administração e das instâncias políticas norte-americanas para sua implantação no exterior. Dessa forma,

⁶ Para o autor, o planejamento é um “esforço ordenador da ação, em função de objetivos preestabelecidos” (Furtado, 1966, p. 114). Furtado dedica o último capítulo do livro publicado em 1966 aos “Aspectos operacionais da política de desenvolvimento”, considerando as dificuldades que enfrentam os países subdesenvolvidos para “aparelhar o Estado para o desempenho de múltiplas e complexas funções (...)” (Furtado, 1966, p. 111)

essas “poderosas burocracias privadas” (Furtado, 1966, p. 43), cujas preferências de implantação concentram-se em setores produtivos de rápido progresso tecnológico, relegariam a segundo plano os Estados nacionais como centros de decisão; reduzido o papel do Estado na orientação do desenvolvimento econômico e social, sua ação seria concentrada no “plano ‘técnico’”. Furtado não ignora o atrativo de tal “projeto” de desenvolvimento conduzido por grandes empresas, sobretudo para as classes dirigentes locais interessadas na eliminação da inquietação social. Contudo, para Furtado, os desequilíbrios estruturais (aumento da desigualdade social e regional e do desemprego) que a ação das grandes empresas engendra nos países latino-americanos resultariam, ao contrário, em aumento das tensões sociais na América Latina e em conseqüente reação repressiva por parte dos governos locais, privados do controle das decisões econômicas mais estratégicas. Entendendo que a participação popular é fundamental no processo de desenvolvimento, Furtado (1966, p. 46) afirma:

Toda autêntica política de desenvolvimento retira a sua força de um conjunto de juízos de valor nos quais estão amalgamados os ideais de uma coletividade. E se uma coletividade não dispõe de órgãos políticos capacitados para interpretar suas legítimas aspirações, não está aparelhada para empreender as tarefas do desenvolvimento.

Desse modo, os desafios do desenvolvimento latino-americano não seriam de caráter técnico mas, sobretudo, político.

Como os países subdesenvolvidos não dispõem de um sistema econômico estruturalmente apto à expansão, a política de desenvolvimento apresenta-se a eles como estratégia de remodelação das estruturas econômicas e sociais. Para tanto, adverte Furtado, é necessário que uma sociedade “haja tomado plena consciência de seus problemas, haja formulado um projeto com respeito ao próprio futuro em termos de desenvolvimento e haja criado um sistema de instituições capaz de operar no sentido da realização desse projeto.” (Furtado, 1966, p. 93)

Na primeira análise da situação brasileira posterior ao golpe militar de 1964 que Furtado apresenta e publica durante seu exílio, o autor chama a atenção para o caráter conservador das forças no poder no Brasil. Ele constata que o populismo fora incapaz de mobilizar politicamente as massas em prol de “uma luta coerente pelo desenvolvimento”. Desse modo, a oligarquia tradicionalista lograva manter o controle dos principais centros do poder político, servindo-se da “pressão populista como

espantinho para submeter mais facilmente a um esquema de ação comum os novos grupos industrialistas, os interesses estrangeiros que atuam no país e os escalões superiores das classes militares.” (Furtado, 1966, p. 106)

Furtado explica que a industrialização brasileira, processo que se inicia a partir da crise de 1929, realizou-se sem uma política de desenvolvimento. Em sua primeira fase, o governo, comprando os estoques excedentes de café (visando a atender os interesses do grupo cafeicultor), sustenta a demanda interna numa situação de restrição da capacidade de importação; estimulava-se, assim, o deslocamento de capitais investidos no setor tradicional de exportação para a produção de bens de consumo. No pós-guerra, tampouco, teria havido uma autêntica política de industrialização, mas uma resposta, por meio da adoção de política de controle de importações (com prioridade para bens que permitissem a manutenção da capacidade produtiva instalada no país), a desequilíbrios do balanço de pagamentos. A ausência de uma política de industrialização teria, entre outras conseqüências, estimulado a produção de artigos de luxo (mais atrativos em função de restrições às importações) e a sobrecapitalização das indústrias (sendo favorecida a importação de equipamentos). Capacidade ociosa em alguns setores e desequilíbrio ao nível dos fatores de produção (com agravamento do subemprego concomitantemente ao aumento dos investimentos industriais) teriam decorrido “da absorção de uma tecnologia tomada de empréstimo a economias mais avançadas” (Furtado, 1966, p. 98), poupadora de mão-de-obra.

Furtado observa que as modificações na estrutura social – especialmente o processo de urbanização – que acompanham o processo de industrialização substitutiva, não tiveram como contrapartida um avanço correspondente nas instituições políticas. A constituição de uma população urbana heterogênea, formada por operários, uma massa crescente de subempregados do setor de serviços e classes médias (setor de serviços de média e alta remuneração), estaria na origem da instabilidade política que acompanha a industrialização brasileira. Diferentemente do capitalismo clássico, não se gestou no Brasil uma consciência de classe definida, capaz de promover o diálogo político para a solução dos conflitos. No Brasil, observa Furtado, emerge, com o processo de industrialização, “uma massa urbana heterogênea, destituída de meios para traduzir as suas vagas aspirações em esquema de ação política” (Furtado, 1966, p. 104-105).

A população urbana torna-se fator decisivo no processo político (Furtado, 1997 [1991], p. 90), sendo o pacto com a massa necessário para a conquista do Poder Executivo. No entanto, como o Congresso mantém-se sob controle dos grupos dirigentes tradicionais, oligárquicos, e orientados à preservação do *status quo* social, abre-se a possibilidade de instabilidade política. Observando que ao Presidente colocava-se a escolha entre trair o pacto com as massas ou buscar uma saída não convencional, Furtado sintetiza: “Em um decênio a alternativa não convencional incluiu um suicídio, uma renúncia e uma deposição violenta.” (Furtado, 1966, p. 105)

Concluindo, em setembro de 1964, o texto original da conferência apresentada em fevereiro de 1965, em Londres, Furtado afirmava que o desenvolvimento era a principal aspiração da sociedade brasileira, manifestando-se na forma de descontentamento por suas precárias condições de vida. Sendo o sistema de poder comprometido com a manutenção do *status quo*, o autor questionava a capacidade do mesmo para promover uma autêntica política de desenvolvimento, que exigiria mudanças na estrutura social. E na ausência de um sistema de instituições apto a converter em projetos operacionais as aspirações básicas da coletividade, não estaria o país caminhando, questionava Furtado, para novo impasse ou mesmo nova ruptura?

Os capítulos de *Subdesenvolvimento e Estagnação* acima considerados (1, 2 e 4) apresentam as preocupações de cunho mais político que marcam a produção intelectual de Furtado nos anos iniciais de seu exílio, e que estarão presentes na evolução posterior de seu pensamento. Trata-se, notadamente, do arcabouço ideológico que funda a política de desenvolvimento, da emergência das empresas transnacionais e de seus efeitos sobre os países subdesenvolvidos, bem como dos entraves político-institucionais ao desenvolvimento brasileiro. Foi, no entanto, o terceiro capítulo, no qual o autor apresenta uma abordagem estruturalista do processo de estagnação ao qual estaria conduzindo a industrialização substitutiva latino-americana, que se tornou o ensaio mais discutido desse livro. A crítica que a ele dirigem Tavares e Serra (1971), já à luz da experiência do “milagre” econômico brasileiro, encontra-se na origem da controvérsia. Não pretendemos aqui discutir em detalhes o modelo proposto por Furtado (veja-se Coutinho, 2012) ou a crítica a ele dirigida, mas apenas situar a problemática apresentada

pelo autor nesse ensaio no conjunto de reflexões que marcam os primeiros anos de seu exílio.⁷

Concluído em abril de 1965 na Universidade de Yale (Furtado, 1965c), o artigo é publicado em inglês em novembro desse ano. O ensaio “Desenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista” circula inicialmente entre intelectuais latino-americanos com os quais Furtado mantinha correspondência regular⁸; a estes ele explica ter buscado “integrar num mesmo marco teórico uma explicação do desenvolvimento latino-americano, uma explicação do problema inflacionário e outra da presente tendência à estagnação.”⁹ Vale notar que François Perroux, renomado economista francês – do qual Furtado fora aluno durante seu doutorado em Paris e que considerava como um de seus mestres (ao lado de R. Prebisch) –, chama a atenção para este texto de Furtado como sendo “[a] melhor análise que conhecemos das interações entre custos-preços-quantidades de um lado, e estruturas econômicas e sociais de outro lado” (Perroux, 1991, p. 690, n. 1). No Brasil, no entanto, o mérito teórico da análise de Furtado sobre as tendências de longo prazo à estagnação nas economias latino-americanas é ofuscado pela conjuntura brasileira do “milagre” econômico promovido pela ditadura militar.

Analisando o processo de industrialização por substituição de importações e observando o baixo crescimento da renda real das economias latino-americanas no início dos anos 1960, Furtado identifica tendências à estagnação nessas economias. Segundo o autor, esse tipo de industrialização foi capaz de promover modificações na estrutura produtiva dos países da região, mas seu impulso diminuía à medida que se

⁷ Se a análise publicada em Furtado (1972) pode oferecer uma resposta do autor às críticas a sua interpretação da estagnação, desconhecemos textos em que Furtado responda diretamente a seus críticos. No entanto, como sublinharemos mais adiante, no terceiro volume de suas memórias, Furtado salienta o quão absurdo parecia a um defensor do desenvolvimento latino-americano uma saída da estagnação por meio de concentração da renda - mesmo que factível do ponto de vista da teoria econômica.

⁸ O grupo de intercâmbio intelectual (“Clube Bianchi’s”) constituiu-se em conferência realizada em fevereiro de 1965, em Londres (Chatham House). Seu objetivo era a troca de informações sobre a situação latino-americana e a evolução da produção intelectual de cada participante (almejando-se a publicação conjunta de artigos sobre a realidade latino-americana em revistas como *Desarrollo Económico*). Integravam esse grupo, entre outros: C. Furtado, O. Sunkel, A. Pinto, C. Veliz, F. H. Cardoso, H. Jaguaribe, J. Nun. Os textos da conferência (incluindo Furtado 1965a) foram publicados em: Veliz (1965). As informações aqui apresentadas provêm de correspondência pessoal (digitalizada) de F. H. Cardoso com outros membros do grupo, disponível em acervo.ifhc.org.br.

⁹ Carta de Celso Furtado a Claudio [Veliz], datada de New Haven, 6 de maio de 1965. Trata-se de carta com cópia a outros colegas, entre os quais F. H. Cardoso, disponível em acervo.ifhc.org.br.

esgotavam as possibilidades de substituição “fácil”. Furtado explica que a forma de organização industrial característica das condições históricas vigentes à época em que as economias latino-americanas realizam sua industrialização impõe a adoção de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra e exigente no que respeita às dimensões do mercado. A adoção de tal tecnologia, baseada em organização industrial monopolista ou oligopolista implicava progressiva concentração da renda que, condicionando a composição da demanda, orientava os investimentos para indústrias com alto coeficiente de capital. Criava-se, assim, um processo cumulativo de concentração da renda, na medida em que se aumentava o coeficiente de capital com taxas de salário estáveis. A concentração da renda também agia, observa Furtado, reduzindo a taxa de crescimento, na medida em que promovia concentração de investimentos em indústrias de bens de consumo duráveis (que encontrariam limitações pelo lado da demanda), além de reduzir, relativamente, os investimentos no setor agrícola (onde a formação de capital poderia absorver mão-de-obra do setor pré-capitalista da economia). Dessa forma, a coexistência de um setor pré-capitalista (com oferta ilimitada de mão-de-obra) e de um setor industrial que absorve tecnologia intensiva em capital (à medida que avança a substituição de importações), age no sentido de concentrar a renda, o que impediria a ampliação do mercado de bens de consumo. A estreiteza do mercado consumidor e a necessidade de adoção de tecnologias intensivas em capital comprometeriam a acumulação capitalista e, portanto, o crescimento econômico, conforme a abordagem de Furtado (Rodriguez, 2009, p. 337).

A questão da concentração da renda encontra-se, assim, na base da argumentação de Furtado sobre a tendência à estagnação nas economias latino-americanas. Vale notar que Furtado compartilha a interpretação de Lewis (1954) sobre a oferta ilimitada de mão-de-obra agir no sentido de manter os salários a níveis baixos. Contudo, diferentemente de Lewis, Furtado não via no excedente de mão-de-obra (e, portanto, nos baixos salários) um fator de elevação da taxa de acumulação de capital no setor industrial e de estímulo ao crescimento. Para Furtado, ao contrário, o excedente de mão-de-obra contribuiria à concentração da renda, com efeitos negativos sobre a estrutura da demanda e sobre a eficiência da estrutura industrial. Em sua interpretação sobre as tendências à estagnação na América Latina, Furtado descreve um processo

similar ao processo de “causação circular e cumulativa” descrito por Myrdal (1957), pois considera que as crescentes desigualdades na distribuição da renda reforçam a diversificação da estrutura industrial e suas ineficiências, o que age no sentido de concentrar ainda mais a renda. Nas palavras de Furtado:

Em síntese: tudo se passa como se a existência de um setor pré-capitalista de caráter semifeudal em conjugação com um setor industrial que absorve uma tecnologia caracterizada por um coeficiente de capital rapidamente crescente, dessem origem a um padrão de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica destes e a concentrar ainda mais a renda, num processo de causação circular. No caso mais geral, o declínio na eficiência econômica provoca diretamente a estagnação econômica. Em casos particulares, a crescente concentração da renda e sua contrapartida de população subempregada que aflui para as zonas urbanas, criam tensões sociais que, por si, são capazes de tornar inviável o processo de crescimento. (Furtado, 1966, p. 86)

Para Furtado, a distribuição desigual da renda está na origem da exigüidade do mercado interno que impediria as economias de escala necessárias à rentabilização das indústrias produtoras de bens intermediários e de capital. De outro ponto de vista, Tavares e Serra (1971) interpretavam a crise das economias latino-americanas como sendo um problema de transformação de lucros em investimentos; não se tratava, portanto, de insuficiência de lucros conduzindo a nível insuficiente de poupança para o financiamento do processo de industrialização (Kay, 1989, p. 43). Rearranjos na política econômica brasileira durante os primeiros anos da ditadura militar (políticas restritivas de crédito, câmbio, salários e déficit público) acabaram sendo funcionais, observam Tavares e Serra, para a superação da crise. As empresas financeiramente menos sólidas foram eliminadas (as empresas estrangeiras puderam ainda beneficiar de facilidades ao aporte de recursos do exterior), ao mesmo tempo que a compressão de salários promovia redistribuição da renda em favor dos lucros. Ademais, o estrangulamento externo, outro problema apontado pela teoria da estagnação, foi eliminado (1964 e 1965) em decorrência da redução dos investimentos (e, conseqüentemente, das importações); foram também realizadas reformas institucionais, como a reforma fiscal e a reforma do mercado de capitais. No entanto, Tavares e Serra salientam que a compressão dos salários foi o fator fundamental para retomada do crescimento, ao solucionar o problema da disponibilidade de recursos para o financiamento de novos investimentos e para a expansão da demanda de bens duráveis (Tavares; Serra, 1971, p. 919-920). A

exclusão de camadas da população dos benefícios do crescimento econômico não seria, assim, condição suficiente para demonstrar a incapacidade dinâmica do capitalismo latino-americano. A evolução do capitalismo no Brasil, apesar de cada vez mais desigual, era capaz de retirar seu dinamismo de fontes internas de expansão.

Desse modo, analisando, já em pleno “milagre”, a economia brasileira, Tavares e Serra (1971) não identificariam as tendências à estagnação apontadas por Furtado, mas a conformação de novo estilo de desenvolvimento, que requeria concentração da renda e novas formas de inserção internacional (Rodríguez, 2009, cap. 7).

Tavares e Serra acentuam que o novo estilo de desenvolvimento brasileiro, baseado em solidariedade orgânica entre o Estado e o capital internacional nos principais setores dinâmicos da economia, dificultava a homogeneização produtiva do sistema (em razão da forma de incorporação e de difusão da tecnologia moderna), ao mesmo tempo que era insuficiente no que respeita à absorção de mão-de-obra. Uma crise de realização poderia advir, num desenvolvimento baseado em diversificação do consumo, de incorporação insuficiente dos grupos de renda média ao consumo. No entanto, a política do novo governo militar brasileiro havia reorganizado o sistema distributivo de forma “conveniente” ao sistema (Tavares; Serra, 1971, p. 945).

O artigo de Tavares e Serra marcaria, segundo a crítica que lhes é dirigida por Plínio Sampaio Jr., uma ruptura com a concepção desenvolvimentista, que considerava fundamental a incorporação do excedente populacional ao mercado de trabalho para a conformação de um sistema econômico nacional. Essa análise, baseada no princípio keynesiano da demanda efetiva, discutia o desenvolvimento nacional apenas em termos de dinâmica capitalista, “ignorando que um dos grandes dilemas do desenvolvimento nacional consiste exatamente em conciliar valorização do capital e solidariedade orgânica entre as classes sociais” (Sampaio Jr., 1999, p. 49).

Sobre a questão da utilidade da concentração de renda para a superação da estagnação econômica, convém retomar algumas considerações de Furtado sobre as discussões realizadas na primeira etapa de seu exílio, em Santiago do Chile (Furtado, 1997 [1991], cap. 1). Conforme relatado por Furtado em sua autobiografia, o grupo reunido no ILPES tinha presente a evolução recente do pensamento de Prebisch, que afirmava a necessidade de uma ação do Estado em prol da superação dos obstáculos

estruturais ao desenvolvimento latino-americano, além de modificações no contexto internacional, para que fosse possível um desenvolvimento democrático na região. Para Prebisch, a insistência em um desenvolvimento voltado ao mercado interno conduziria a regimes autoritários, uma vez que a estagnação resultante criaria tensões sociais. Tal era o caso do Brasil, onde se atribuía ao populismo e às idéias “distributivistas” as causas dos problemas econômicos (como a insuficiência de poupança e o estrangulamento externo). Aos críticos de direita, a solução que se impunha era “um autoritarismo com efetivo apoio financeiro externo” (Furtado, 1997 [1991], p. 74-75). Como Furtado salienta, os recentes acontecimentos no Brasil não poderiam deixar de ilustrar as discussões no ILPES sobre a estagnação econômica. Exemplo de crescimento econômico baseado em substituição de importações, o Brasil enfrentava desaceleração de seu crescimento, que devia ser analisada levando-se em conta o aumento de capitalização necessário ao avanço do processo de industrialização para os setores de bens duráveis, de insumos básicos e de equipamentos.

Furtado afirma que não se ignorava, nas discussões sobre a estagnação econômica realizadas no ILPES, que um aumento do excedente econômico (para a dinamização dos investimentos e do consumo de bens duráveis) podia ser obtido por meio de contenção ou redução dos salários reais. No entanto, considerando as possibilidades de “uma adequada política de concentração da renda” para a superação dos obstáculos ao avanço da industrialização no Brasil, o autor afirma:

É verdade que nenhum dirigente se atrevera a preconizar tal política em um país cuja população vivia, em sua grande maioria, na miséria. *Em nossas discussões, não se chegara sequer a admitir essa hipótese.* (...) Uma tal política não podia ser abertamente preconizada, mas, ainda que imposta pela força, logo conseguiria legitimar-se junto à classe média, principal consumidora de bens duráveis, e certamente contaria com o apoio das empresas transnacionais, os maiores produtores desses bens. (Furtado, 1997 [1991], p. 75, grifos nossos)

Furtado concluía que, “uma vez posto em marcha esse processo, não seria fácil detê-lo, visto que o segmento mais dinâmico da demanda tenderia a reproduzir os padrões de consumo mais e mais diversificados e sofisticados das classes médias dos países ricos” (Furtado, 1997 [1991], p. 76).

Em sua análise das tendências à estagnação na América Latina, Furtado enfatizava, mais uma vez (veja-se também Furtado, 1961) as diferenças entre o processo

de desenvolvimento latino-americano e o modelo clássico do desenvolvimento capitalista. Desde logo, a industrialização substitutiva não poderia ser entendida como uma fase de transição para estruturas capitalistas desenvolvidas (como Europa Ocidental e América do Norte). No desenvolvimento das economias capitalistas avançadas, as inovações tecnológicas foram instrumentos de crescimento e estabilidade social, viabilizando a superação do antagonismo entre capitalistas e classe trabalhadora (Furtado, 1966, cap. 1). Na América Latina, na ausência de um marco político-institucional capaz de tornar compatíveis os interesses dos diferentes grupos sociais, a industrialização substitutiva estaria agravando o dualismo do mercado de trabalho, o que se traduzia, no setor urbano, em aumento da população subempregada (Furtado, 1966, p. 87).

Os fatores de produção (capital e trabalho) não eram, assim, absorvidos em função de sua disponibilidade relativa, mas em função do tipo de tecnologia requerida pelo processo de substituição de importações. Furtado explica que a evolução da tecnologia responde à disponibilidade relativa de fatores dos países desenvolvidos. Nesse sentido, se a produção de bens de consumo corrente permitia “uma gama maior de processos técnicos opcionais” (porque essas indústrias avançaram “por distintas etapas tecnológicas à medida que se industrializavam os países atualmente desenvolvidos”), os bens de consumo duráveis já são “criações de uma civilização tecnologicamente avançada” (de economias que enfrentavam escassez relativa de mão-de-obra) (Furtado, 2000 [1967], p. 293).

Se o modelo de estagnação que Furtado elabora é concluído em Yale¹⁰, vale lembrar que as discussões começam no ILPES, delas também participando F. H. Cardoso, que chegará a conclusões diversas no que concerne à evolução das economias latino-americanas. Cardoso salienta que muitos autores viam no socialismo a única saída para a crise na região, considerando inviável um desenvolvimento capitalista no Terceiro Mundo. Tal posição não era compartilhada por Furtado que, diante da situação de estagnação econômica observada naquele momento na América Latina, afirmava que

¹⁰ No *Economic Growth Center* (Yale) Furtado estabelece colaboração com Andrea Maneschi, com o qual desenvolverá formulação matemática mais elaborada para o modelo apresentado em 1965 sobre as tendências à estagnação das economias latino-americanas. Cf. Furtado e Maneschi (1968).

a ação do Estado – conjuntamente com políticas adequadas em relação ao capital estrangeiro – tornaria viável o desenvolvimento da região. Cardoso afirmava igualmente a viabilidade do desenvolvimento capitalista na região, considerando, no entanto, que se trataria de um “desenvolvimento dependente”. Para ele, a dependência não inviabilizava o desenvolvimento: a América Latina caminhava para uma simbiose entre as forças externas e internas, na medida em que a empresa estrangeira, visando a atender à demanda local, tornava-se solidária do crescimento do mercado interno (Cardoso, 1985, p. 12-15). Em livro que resulta de colaboração realizada no ILPES, Cardoso e Faletto (1969) descrevem, por meio do conceito de “internacionalização do mercado interno”, novas relações de dependência com o exterior, ligadas à organização e ao controle, pelo capital estrangeiro, da produção voltada ao mercado interno. Dessa forma, Cardoso e Faletto não compartilhavam a interpretação de Furtado sobre a tendência à estagnação das economias latino-americanas nos anos 1960, mas, ao contrário, identificavam nas novas formas de dependência a possibilidade de continuação do processo de industrialização. Não lhes escapava, no entanto, que a perspectiva de um desenvolvimento capitalista autônomo, nacional, distanciava-se, e que se aprofundaria a exclusão social.

Segundo Furtado (2000 [1967], p. 294), o “poder transformador das estruturas sociais” atribuído ao processo de industrialização reduzia-se, em economias com excedente estrutural de mão-de-obra, conforme avançava a substituição de importações:

Nas atuais economias subdesenvolvidas, isto é, ali onde a taxa de salário depende essencialmente das condições de vida que prevalecem em um amplo setor pré-capitalista, diante das quais o progresso técnico se comporta como variável exógena definida por outras economias de mais avançado grau de capitalização, a industrialização em condições de *laissez-faire* não conduz ao desenvolvimento, entendido este como homogeneização da estrutura produtiva e difusão crescente dos frutos do aumento de produtividade. Pelo contrário, a industrialização nessas condições tende a engendrar uma estrutura produtiva de múltiplos compartimentos, com grande disparidade na produtividade do trabalho entre estes, sem que os níveis de produtividade influenciem, de forma significativa, as taxas de salários. (Furtado, 2000 [1967], p. 294-295)

Em sua análise do problema das tendências a longo prazo para a estagnação em economias subdesenvolvidas, Furtado coloca em evidência a necessidade de “um esforço de reconstrução de estruturas tanto no sentido de dotar as economias de centros dinâmicos próprios como no de capacitá-las para uma ação mais flexível nos mercados

internacionais” (Furtado, 2000 [1967], p. 290). As políticas requeridas eram, portanto, de caráter qualitativo, pois se referiam ao planejamento de modificações estruturais. O comportamento dos agentes econômicos, que pode ser racional no plano microeconômico, deveria, no entanto, compatibilizar-se ao que se considera racional no plano macroeconômico; tal compatibilização requeria mudanças no marco institucional que delimita o campo dentro do qual são tomadas as decisões. Nesse sentido, diante do bloqueio estrutural que representa a tendência à estagnação, seria imprescindível, na visão de Furtado, uma “ação consciente e deliberada visando a criar relações estruturais e a condicionar formas de comportamento capazes de engendrar um processo social do qual o desenvolvimento econômico seja componente necessário.” (Furtado, 1966, p. 89)

3. Crítica do “desenvolvimento” brasileiro pós-1964

As primeiras reflexões de Furtado (1966) sobre a evolução da economia brasileira são publicadas quando o autor já se encontrava integrado ao corpo docente da Universidade de Paris. Nos Estados Unidos, apesar da recepção favorável que recebe no meio acadêmico, Furtado não estava livre das pressões exercidas pelo governo brasileiro (notadamente, tentativas de restringir sua circulação internacional); também não escapava a Furtado o ceticismo que causava sua explicação da problemática do subdesenvolvimento como fenômeno específico que demandava teorização autônoma. Ademais, a nítida separação existente entre a vida intelectual e a vida pública nos Estados Unidos, parecia-lhe reduzir suas possibilidades de ação. Nesse sentido, o autor observa: “[o] inconformismo de um latino-americano tendia a ser interpretado como hostilidade aos Estados Unidos, cujo governo assumia em toda região, exceto em Cuba, a defesa do *status quo* social” (Furtado, 1997 [1991], p. 173).

Em Paris, o autor continua sua análise da situação econômica brasileira, inicialmente marcada pela observação das tendências à estagnação presentes na economia latino-americana e, subseqüentemente, pela avaliação da retomada do crescimento econômico promovida pela ditadura militar no Brasil. Seus livros *Um projeto para o Brasil* (1968) e *Análise do “modelo” brasileiro* (1972) são representativos desse período inicial do exílio de Furtado, caracterizado por uma espécie

de “acerto de contas” com o Brasil¹¹, e que antecede a guinada teórica que marcará sua obra, notadamente a partir das reflexões publicadas no livro *O mito do desenvolvimento econômico* (1974).¹² Na Universidade de Yale, Furtado entrara em contato com Stephen Hymer, com quem tem a oportunidade de discutir sobre o fenômeno da transnacionalização das empresas; os estudos de Hymer destacavam a emergência da grande empresa como “forma de organização econômica que se sobrepõe aos mercados” (Furtado, 1997 [1991], p. 149). A questão das transformações da economia internacional no sentido da concentração do poder econômico, em decorrência, especialmente, do fenômeno da transnacionalização do capital, está fortemente presente na obra de Furtado publicada durante seu exílio. Em *Um projeto para o Brasil*, ainda mantendo a interpretação segundo a qual a evolução do processo de industrialização levaria ao impasse da estagnação, Furtado desenvolve sua análise sobre o fenômeno das grandes empresas, chamando a atenção para a transformação destas em centros de decisão capazes de influenciar a coletividade.

Uma das principais deformações estruturais do sistema econômico brasileiro destacada por Furtado (1968)¹³ é o perfil da demanda global. A modificação desse perfil, com vistas a aumentar as taxas de poupança e de investimento do país, fazia-se necessária a fim de romper o círculo vicioso da concentração dos benefícios do progresso técnico. Conforme a análise de Furtado, a industrialização não havia conduzido a um desenvolvimento auto-sustentado, notadamente por duas razões: primeiramente, a industrialização substitutiva de importações realiza-se como resposta a uma demanda preexistente (a assimilação do progresso técnico não é, portanto, a causa primária do desenvolvimento); ademais, o processo de industrialização é acompanhado de instalação de filiais de empresas estrangeiras no país. À medida que avançava o processo de substituição de importações, com a introdução de tecnologia intensiva em capital, reduzia-se o poder transformador da estrutura ocupacional atribuído à indústria.

¹¹ Tomamos emprestada aqui expressão utilizada por Rosa Freire d’Aguiar, em intervenção no seminário “A atualidade do pensamento de Celso Furtado”, realizado no IE/UNICAMP, em 26/11/2014.

¹² Aprofundaremos o estudo desse período da obra de Celso Furtado em trabalhos posteriores, com ênfase na circulação internacional de suas idéias. A produção intelectual de Celso Furtado nesse período foi também tratada em Bianconi (2014), parte 4, cap. 3.

¹³ Concentramo-nos aqui na primeira parte do referido livro, intitulada “A reforma das estruturas econômicas: ensaio de estratégia global”, que trata mais especificamente do caso brasileiro.

Nesse sentido, o aumento da produtividade industrial não beneficiava à massa da população assalariada, mas sim, favorecia a concentração da renda e a diversificação do consumo de “grupos privilegiados”. Eram, assim, beneficiadas as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, que operavam, no entanto, com custos elevados, em razão das dimensões reduzidas do mercado. Furtado concluía, portanto, que essa industrialização realizava-se em sentido oposto ao da tecnologia moderna:

Mais se concentra a renda, mais se diversifica o consumo dos grupos de altas rendas, mais inadequada é a evolução do perfil da demanda no que respeita ao aproveitamento das economias de escala de produção. O progresso tecnológico será assimilado na aparência, mas os seus melhores frutos não serão colhidos. (Furtado, 1968, p. 42)

A concentração da riqueza e da renda apresentava-se, para Furtado, como um obstáculo ao desenvolvimento brasileiro; para superá-lo, o planejamento era apontado como via de transformação da estrutura do sistema econômico. O planejamento seria necessário, numa economia subdesenvolvida, tanto para a modificação do horizonte temporal em que são tomadas as decisões de investimento quanto para a modificação da estruturação espacial da economia (gerando complementaridade entre as produções das diversas regiões e evitando a concentração geográfica da renda) (Furtado, 1968, p. 52-53). Ademais, uma política de desenvolvimento deveria visar a modificações no perfil da demanda global (por meio de medidas fiscais, por exemplo), que repercutiriam sobre os planos de investimento do setor industrial.

Furtado chama a atenção para o papel exercido pelas grandes empresas enquanto centros de decisão capazes de influenciar a coletividade. Por um lado, no contexto de rápida modificação dos padrões de consumo que caracteriza a sociedade industrial moderna, as grandes empresas passaram a desempenhar a função de “correias de transmissão dos padrões de comportamento” que, tradicionalmente, havia cabido às “elites exemplares” (Furtado, 1968, p. 75).¹⁴ Por outro lado, a grande empresa interfere no processo de distribuição da renda social, apropriando-se de poupança que a coletividade é induzida a realizar; especificamente, trata-se de lucros retidos e de fundos de amortização incorporados aos preços, que asseguram o financiamento dos planos de expansão das grandes empresas. Essa capacidade de acumular fundos após a

¹⁴ Sobre a civilização do consumo daí decorrente, Furtado (1968, p. 75) avalia: “Não seria descabido afirmar que existe uma correlação positiva entre o nível de consumo das massas modernas e a pobreza imaginativa com que os homens utilizam os frutos de seu trabalho.”

remuneração dos fatores de produção demonstra, segundo Furtado, o caráter de centro de poder das grandes empresas (Furtado, 1968, p. 76). Numa economia subdesenvolvida, que não dispõe de canais de difusão dos frutos do progresso tecnológico (no que concerne às relações entre taxas de salários e elevações de produtividade), tal característica promove a concentração da renda. Furtado salienta, ademais, o problema do controle dos setores de vanguarda tecnológica – essenciais ao desenvolvimento de uma economia como a brasileira – por empresas estrangeiras: “Não devemos esquecer que as filiais das empresas estrangeiras estão inseridas no sistema de poder que prevalece entre nós, ao mesmo tempo que são parte integrante de conjuntos cujos centros principais se situam fora de nosso país” (Furtado, 1968, p. 78). O autor alerta para a necessidade de se disciplinar a atuação das empresas estrangeiras, tanto no que concerne à apropriação da poupança coletiva quanto à questão da participação nacional na gestão da empresa; Furtado aponta, ademais, o problema do condicionamento das massas consumidoras, como sendo “o aspecto mais predatório do exercício do poder pelas grandes empresas” (Furtado, 1968, p. 81). Na industrialização brasileira, a falta de planejamento teria resultado “em que a própria assimilação da tecnologia transformou-se no instrumento de alienação da capacidade de decisão.” (Furtado, 1968, p. 85)

As considerações anteriores integram o conjunto de propostas para o desenvolvimento brasileiro que Furtado expõe perante a Câmara dos Deputados, a convite de sua Comissão de Economia, na primeira visita do autor ao Brasil após o início de seu exílio (Furtado, 1968, parte 1). Se Furtado evita nessa ocasião tecer comentários sobre a política econômica empreendida pelo governo militar, ele não deixa de reiterar sua convicção de que “o país só alcançará o desenvolvimento mediante a unidade de propósitos em torno de objetivos que expressem uma consciência nacional formada pela participação da opinião pública” (JB, 1968, p. 4). Contudo, o Ato Institucional nº 5 viria em breve afastar completamente a opinião pública do processo político brasileiro, ao mesmo tempo que as medidas econômicas tomadas pela ditadura militar desembocariam no “milagre” econômico brasileiro. Propalar-se-ia a impressão de que as discussões sobre os problemas estruturais do Brasil estavam ultrapassadas, e que a nova realidade oferecia um “modelo” para outros países subdesenvolvidos.

Professor na Universidade de Paris, onde ensinava desenvolvimento econômico e economia latino-americana, Furtado observava interesse crescente pelo processo de crescimento em curso no Brasil, que decide observar pessoalmente em 1971; o livro *Análise do “modelo” brasileiro* (1972) resulta dessa temporada no Brasil. Triunfo do processo de “modernização” econômica sobre a possibilidade de um desenvolvimento planejado capaz de racionalizar a absorção do progresso técnico em função do interesse social, a experiência brasileira será duramente criticada por Furtado.

A fim de analisar o movimento em curso na economia brasileira a partir de fins da década de 1960, Furtado (1972) retoma sua análise histórica do subdesenvolvimento. O autor explica que no processo de formação das economias subdesenvolvidas foram assimiladas de modo desigual as duas formas fundamentais do progresso técnico: as modificações nos hábitos de consumo e as transformações nos processos produtivos. Conseqüência da forma de inserção desses países na divisão internacional do trabalho que surge com a revolução industrial, o progresso tecnológico foi neles assimilado prioritariamente sob forma de novos padrões de consumo.

Precedida pelo processo de *modernização*, ou seja, de “assimilação do progresso tecnológico nos padrões de consumo”, viabilizada pelas vantagens comparativas no comércio internacional (Furtado, 1972, p. 11), a industrialização nos países subdesenvolvidos exigirá nível tecnológico incompatível com o nível de renda médio desses países. Furtado observa que, na fase de industrialização, o progresso tecnológico penetra simultaneamente nos padrões de consumo e nos processos produtivos. No entanto, o autor alerta: “quanto mais rápida a penetração, no que respeita à diversificação do consumo e introdução de novos produtos, mais lenta é a *difusão* no que concerne às formas produtivas.” (Furtado, 1972, p. 12)

Furtado chama a atenção para o fato de que o funcionamento da economia capitalista depende de um complexo sistema de incentivos no qual são fundamentais o fluxo de novos produtos e a introdução de inovações tecnológicas. Para as economias subdesenvolvidas em processo de industrialização, no entanto, a absorção da mão-de-obra excedente e a homogeneização tecnológica do sistema econômico dependem da orientação da tecnologia adotada; para estas, portanto, tendo-se em vista o controle do progresso tecnológico e o poder financeiro exercido pelas grandes empresas

internacionais, a tentativa de reproduzir o fluxo de novos produtos criados nas economias desenvolvidas implica a reiteração das relações de dependência. Assim, fazia-se necessário repensar as possibilidades de superação do subdesenvolvimento, levando-se em conta a evolução da economia capitalista internacional:

Tinha-se como assentado que a rigidez estrutural imposta às economias exportadoras de matérias-primas pelo sistema internacional de divisão do trabalho era a causa básica da situação de dependência a que estavam condenadas essas economias. Como corolário, afirmava-se que a industrialização traria consigo uma crescente autonomia de decisões econômicas. Não se via então com suficiente clareza que um sistema industrial é um processo em permanente mutação e não um circuito fechado. Se os fatores responsáveis por essas mutações são exógenos ao sistema, basta o controle desses fatores para que se criem condições estruturais de dependência tão ou mais estritas do que as que prevaleciam no sistema tradicional de divisão internacional do trabalho. (Furtado, 1972, p. 13-14)

É para a redução da capacidade de articular decisões econômicas em função de objetivos próprios que Furtado chama a atenção nesse momento em que o Brasil parecia oferecer um “modelo” de desenvolvimento a outros países subdesenvolvidos. Sendo o progresso tecnológico controlado por grandes empresas internacionais que dispõem de grande poder financeiro, a industrialização na periferia do mundo capitalista realizava-se a elevados custos sociais, com absorção insuficiente de mão-de-obra, subutilização de capacidade produtiva e rápida obsolescência de equipamentos. Tratava-se de “uma indústria organizada à conveniência de grupos internacionais” (Furtado, 1972, p. 14) que, por sua característica de concorrência baseada em introdução de novos produtos, contribuía à canalização dos recursos disponíveis para investimento à satisfação da demanda diversificada de parcela minoritária da população. Dessa forma, aprofundava-se o subdesenvolvimento, entendido este como “disparidade entre os níveis de consumo de grupos significativos da população de um país” (Furtado, 1972, p. 31).

Furtado chama a atenção para o “efeito de dependência que decorre da forma como atualmente o progresso tecnológico se propaga do centro para a periferia do mundo capitalista” (Furtado, 1972, p. 31). No Brasil, como as empresas que operam nos setores mais dinâmicos da economia estão inseridas tanto no sistema econômico interno quanto na economia capitalista internacional, teria perdido força a percepção da diferença entre os objetivos nacionais e os objetivos dos oligopólios internacionais. Dessa forma, no âmbito de um modelo de desenvolvimento centrado no condicionamento da demanda (com a assimilação do progresso tecnológico

permanecendo sob a direção dos consórcios internacionais), conciliavam-se “as exigências imediatas do crescimento interno com as das relações externas de dependência” (Furtado, 1972, p. 66). Furtado salienta que a ação do Estado é essencial para o funcionamento do sistema: ter-se-ia criado no Brasil uma “variante de ‘capitalismo de Estado’ que requer para seu funcionamento normal uma íntima articulação entre a classe empresarial e os poderes públicos” (Furtado, 1972, p. 63).

Furtado discerne três linhas básicas de ação na estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo militar no Brasil: a) reorientação do processo de concentração da riqueza e da renda (favorecendo a formação de capital fixo e o consumo de bens duráveis); b) redução do salário mínimo real em relação à produtividade média do sistema (o que não significaria redução da massa total de salários pagos); c) fomento à exportação de produtos industriais para compensar insuficiências da demanda, tanto conjunturais (indústrias tradicionais afetadas pelo lento crescimento da massa de salarial) quanto estruturais (indústrias nas quais a tecnologia exigisse escalas de produção que superassem as dimensões do mercado) (Furtado, 1972, p. 38-39).

A principal linha de ação da estratégia seguida a partir de 1964 foi, segundo Furtado, o estímulo ao crescimento da demanda de bens duráveis de consumo. Obtida inicialmente por meio de compressão salarial, a concentração da renda prosseguia mediante um processo de “concentração *dinâmica*”, no qual os frutos do aumento de produtividade eram captados em condições de crescimento da atividade econômica. O impulso autônomo inicial da demanda provinha de formas de financiamento à classe média alta (subsídios ao consumo e transferências de títulos de propriedade e de crédito¹⁵), assegurando-se, assim, a formação de um mercado consumidor de dimensões adequadas à produção de bens duráveis (Furtado, 1972, p. 40-41).

O modelo de desenvolvimento responsável pelo “milagre” econômico brasileiro dependia, portanto, de ampla ação do Estado. Furtado explica que numa economia capitalista desenvolvida a demanda de bens finais é alimentada pelo fluxo de salários criado no processo de produção. Numa “economia subdesenvolvida industrializada”

¹⁵ Furtado (1972, p. 62-63) mostra que, por meio do mercado de capitais, era fomentada pelo Estado a formação de uma classe de semi-rentistas entre os assalariados de alta renda, promovendo-se, assim, a canalização de uma parte dos lucros das empresas para os consumidores de bens duráveis.

(Furtado, 1972, p. 65), por sua vez, a existência de excedente estrutural de mão-de-obra (condicionando a taxa de salário no setor moderno) torna insuficiente o fluxo de salários gerado pelo sistema; nessa economia não se forma, portanto, o “anel de *feedback*” descrito pelo autor: expansão da produção – expansão dos custos de produção – expansão da massa salarial – expansão da renda disponível para consumo – expansão da demanda de bens finais – expansão da produção (Furtado, 1972, p. 60-61). O “modelo” brasileiro consiste, para o autor, em tentativa de restabelecer-se tal mecanismo por meio de ação do Estado no sentido da expansão adequada da demanda de bens duráveis e também da criação de um fluxo mínimo de novos empregos (que contribui para frear o processo de marginalização das populações urbanas) (Furtado, 1972, p. 64).

Se a estratégia de crescimento a elevado custo social posta em prática no Brasil podia apresentar-se como um modelo para outros países – ao menos para aqueles dispendo de dimensão demográfica e renda *per capita* compatíveis com a criação de um parque industrial diversificado –, Furtado chamava a atenção para o fato de que tal estratégia implicava a reprodução do subdesenvolvimento. Desenvolvendo idéia esboçada em 1952 e apresentada mais detalhadamente em 1958 (veja-se Furtado, 1961, cap. 2 e 4), o autor afirmava:

A economia industrial subdesenvolvida não constitui uma *fase* que tende a ser necessariamente superada em prazo maior ou menor. O funcionamento desse sistema requer a preservação de certas estruturas sociais, sem as quais não se daria o processo de reprodução de padrões de consumo, cujo transplante é condição *sine qua non* para que prossiga a industrialização tal qual esta se está realizando. Assim, *desenvolvimento* passa a ser definido em termos de aproximação de um paradigma que, por definição, é inalcançável, porquanto em transformação cada vez mais rápida. (...) Cabe inferir, portanto, que a melhoria efetiva das condições de vida da massa da população dos países do Terceiro Mundo, particularmente dos de grande dimensão demográfica, somente será alcançada por outros caminhos. A Índia nunca será uma Suécia de um bilhão de habitantes, nem o Brasil uma reprodução dos Estados Unidos. (Furtado, 1972, p. 77)

Portanto, privilegiando a dimensão econômica do desenvolvimento, ou seja, o aumento da quantidade de bens e serviços à disposição da coletividade (Furtado, 1968, p. 19), o “milagre” brasileiro teria ignorado a dimensão cultural do desenvolvimento. Nesse sentido, problemas mais amplos, como a constelação de bens a ser produzida e em benefício de quem se faz o desenvolvimento, não teriam integrado as preocupações dos formuladores da política econômica do período.

Furtado mostra que o modelo implementado no Brasil é necessariamente excludente, visto que fundamentado em concentração da renda; nele, a orientação da tecnologia e dos padrões de consumo é dada por centros de decisão internacionais (as alianças entre o capital internacional, os agentes privados nacionais e o Estado não são, evidentemente, ignoradas pelo autor¹⁶). No entanto, Furtado não excluía naquele momento a possibilidade de que mudanças nos próprios “centros criadores das modernas formas de consumo” (Furtado, 1972, p. 78) viessem a ocorrer em resposta aos custos sociais (ecológicos e psicossociais) do desenvolvimento nos países capitalistas avançados. Tal contestação de paradigma – ou da orientação do progresso tecnológico –, teria “necessariamente repercussões nos países que se esgotam na corrida imitativa de modelos que tendem de forma cada vez mais rápida à obsolescência” (Furtado, 1972, p. 79). Como Furtado reiterará em trabalhos posteriores, a superação da crise estaria “na aplicação do potencial produtivo da civilização industrial à satisfação das autênticas necessidades do homem” (Furtado, 1972, p. 79).

Enquanto “hábeis ilusionistas”¹⁷ obtinham resultados favoráveis em termos de crescimento no Brasil, Furtado continuava a enfatizar o aprofundamento das relações estruturais características do subdesenvolvimento em seu país: o Brasil não se desenvolvia, modernizava-se. Ainda em 1972, em artigo que integrará *O mito do desenvolvimento econômico*, Furtado chamava a atenção para o desperdício de recursos que representava uma taxa elevada de crescimento baseada no consumo supérfluo de minorias ricas; não lhe escapava que tal “inflação da taxa de crescimento do PIB” podia igualmente “‘inflar’ o prestígio dos governantes” (Furtado, 1974, p. 106).

Como Furtado sumarizaria mais tarde, a propósito do período do “milagre”, a economia brasileira passa por um período “preparatório” (Furtado, 1981 [1980]) entre

¹⁶ Furtado (1974, p. 84) precisa que o controle da produção por firmas estrangeiras não é a causa determinante da dependência, e a propriedade pública dos bens de produção não seria capaz de eliminá-la “se o país em questão se mantém em posição de satélite cultural dos países cêntricos do sistema capitalista, e se encontra numa fase de acumulação de capital muito inferior à alcançada por estes últimos.”

¹⁷ Em artigo publicado em 1972 no primeiro número do semanário *Opinião* (reproduzido em Furtado, 1974, cap. 4), o autor questiona a pretendida objetividade da ciência econômica. Nele, Furtado afirma: “quanto mais se concentra a renda, mais privilégios se criam, maior é o consumo supérfluo, maior será a taxa de crescimento do PIB. Desta forma a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes.” (Furtado, 1974, p. 116)

1964 e 1967 – um esforço de modernização ainda sem clara orientação do processo de desenvolvimento –, mas que “[revelava] a intenção dos grupos que ascenderam ao poder mediante o golpe militar de abandonar a orientação do desenvolvimento às forças do mercado” (Furtado, 1981, p. 39). A partir de 1967, define-se o sentido do desenvolvimento a ser implementado: privilegia-se o setor de bens de consumo duráveis, sendo para este canalizada a base industrial do país, expandida nos anos 1950, e cuja capacidade produtiva encontrava-se subutilizada (Furtado, 1981 [1980]). Dessa forma, com a criação de um perfil de demanda favorável à produção de bens duráveis (derivado da expansão do crédito ao consumo e da redução do salário básico), obteve-se elevação da relação produto-capital da economia mediante utilização da capacidade ociosa; num segundo momento, o endividamento exterior permitiu o reequipamento das indústrias, duplicando-se o coeficiente de importação do setor de bens de capital no período de 1966 a 1972. Furtado avalia que, por um lado, o rápido crescimento industrial do período do “milagre” não promoveu aumento do “potencial de autotransformação” do sistema econômico, pois o crescimento ter-se-ia “destinado em sua totalidade a ampliar o mercado de bens duráveis de consumo e a equipar o sistema industrial para satisfazer essa demanda” (Furtado, 1981, p. 42). Por outro lado, a concentração da renda em benefício dos consumidores de rendas médias e altas não promoveu elevação da propensão a poupar desses grupos, modificando apenas sua cesta de bens de consumo (em benefício de bens mais sofisticados e menos essenciais). Assim, considerando conjuntamente a estagnação ou declínio do salário de base, e o crescimento (acima da renda) do consumo dos beneficiários da concentração da renda, Furtado estima que “[poucas] vezes ter-se-á imposto a um povo um modelo de desenvolvimento de caráter tão anti-social.” (Furtado, 1981, p. 42)

Aspecto fundamental da reflexão de Furtado sobre os problemas do subdesenvolvimento no pós-guerra é a questão da emergência das empresas multinacionais e, especialmente, o problema da absorção de uma tecnologia inapropriada à solução dos problemas do desenvolvimento nos países periféricos. Ao analisar o período do “milagre” econômico brasileiro, Furtado mostra que a ação de tais empresas, baseada na diversificação do consumo e na introdução de novos produtos, contribuía para a manutenção da heterogeneidade tecnológica do sistema econômico

(porquanto desenvolvida em países dispendo de nível de renda muito superior). Ademais, com a introdução de uma tecnologia intensiva em capital, impedia-se a absorção do excedente estrutural de mão-de-obra – sem a qual, salienta Furtado, “não tem sentido falar de política de *desenvolvimento*” (Furtado, 1972, p. 64). Portanto, para o autor, o processo em curso no Brasil era um processo de acumulação de bens, de *modernização*, não de *desenvolvimento*: aos condutores de tal processo “o que importa é que o sistema industrial produza bens, ainda que supérfluos, e mesmo que isto crie enormes distorções sociais” (Furtado, 1981 [1980]).

Furtado avançaria nos anos seguintes no tratamento da questão da orientação e do controle do progresso tecnológico na civilização industrial. O aspecto predatório do estilo de vida produzido pelo capitalismo industrial será apontado pelo autor em *O mito do desenvolvimento econômico*, no qual se enfatiza a impossibilidade de generalização do modelo de desenvolvimento das economias industrialmente mais avançadas à totalidade dos países. Ponto culminante de sua reflexão sobre a lógica e os impasses da civilização industrial, a obra *Criatividade e dependência* consagrará a originalidade do pensamento de Celso Furtado, doravante considerado “uma verdadeira filosofia econômica” (Mauro, 1979). Compreende-se, dessa forma, o interesse crescente pelas novas abordagens dos problemas do desenvolvimento e, sobretudo, por seu aspecto cultural, presentes na obra de maturidade intelectual do autor, em grande parte produzida durante seu exílio.

Considerações finais

Procurou-se mostrar que o período inicial do exílio de Celso Furtado é fundamental para a compreensão da obra posterior do autor. A guinada teórica de meados da década de 1970 é fruto de uma nova percepção da evolução do capitalismo industrial, notadamente com a emergência das empresas multinacionais. Para tanto, contribuem de forma decisiva a revisão crítica das idéias do período formativo da CEPAL, realizada no ILPES (à luz dos obstáculos que se colocavam ao desenvolvimento das economias latino-americanas no início dos anos 1960), assim como as reflexões desenvolvidas pelo autor em Yale, num ambiente em que emergiam

importantes estudos sobre as empresas multinacionais (a exemplo dos trabalhos de Stephen Hymer).

Professor em Paris, Furtado consolida suas primeiras reflexões após o golpe militar no Brasil (Furtado, 1966, 1968, 1972), ainda fortemente marcadas pela experiência brasileira. Contudo, ganham lugar de destaque na análise do autor os problemas engendrados pelo mimetismo dos padrões de consumo dos países centrais, num contexto em que empresas multinacionais controlam o progresso tecnológico, constituindo verdadeiros centros de decisão nos países em que atuam. Considera-se, assim, que questões inovadoras são apresentadas por Furtado em livros como *Subdesenvolvimento e estagnação* e *Um Projeto para o Brasil*, que vão além da discussão dos problemas de política econômica brasileiros. Assim, em sua análise dos problemas latino-americanos (e, em particular, brasileiros), Furtado enfatiza, a partir de meados dos anos 1960, as novas formas das relações de dominação e dependência em nível internacional.

Nesse sentido, ao se retomar discussões presentes em obras do início do exílio do autor, procurou-se contribuir para a compreensão desse importante período de sua trajetória intelectual. Nele, Furtado identifica novos problemas e busca novos caminhos para a reflexão sobre as possibilidades de superação do subdesenvolvimento, preocupações que serão consolidadas posteriormente em obras como *O mito do desenvolvimento econômico* e, especialmente, *Criatividade e dependência na civilização industrial*.

Referências bibliográficas

- BIANCONI, Renata. *L'œuvre de Celso Furtado à Paris: le parcours d'un intellectuel et homme d'État*. Paris: Université Paris-Sorbonne, 2014 (Tese de Doutorado em História Moderna e Contemporânea).
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha*. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOIANOVSKY, Mauro. A formação política do Brasil segundo Furtado. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 198-211, 2014.

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Entrevistas a Lourenço Dantas Mota*. Brasília: Senado Federal, 1985.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1969.
- COUTINHO, Mauricio. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina, de Celso Furtado [versão preliminar]. Trabalho apresentado ao I Congresso Internacional do Centro Celso Furtado, 2012.
- DOSMAN, Edgar J. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2011.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. Political obstacles to economic growth in Brazil. *International Affairs*. Londres, v. 41, n. 2, p. 252-266, 1965a.
- FURTADO, Celso. Obstáculos políticos ao crescimento econômico do Brasil. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 129-145, 1965b.
- FURTADO, Celso. Development and stagnation in Latin America: a structuralist approach. *Studies in Comparative International Development*. Saint Louis, v. 1, n. 11, p. 159-175, 1965c.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. *O Brasil não se desenvolveu, modernizou-se* [entrevista]. In: MOTA, Lourenço Dantas (coord.). *A História Viva (II)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981 (1980).

- FURTADO, Celso. *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FURTADO, Celso. *Os ares do mundo* (1991). In: FURTADO, Celso; AGUIAR; Rosa Freire (org.). *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Tomo III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10^a ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (1967).
- FURTADO, Celso; MANESCHI, Andrea. Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 5-32, 1968.
- GARCIA, Afrânio. La construction interrompue. Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, v. 121, n. 121-122, p. 52-61, 1998.
- JORNAL DO BRASIL (JB). Furtado considera nulos benefícios da tecnologia enquanto houver miséria. 19 de junho de 1968, 1^o Caderno.
- KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.
- LEWIS, Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School*, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.
- MALLORQUÍN, Carlos. Celso Furtado and development: an outline. *Development in Practice*. Oxford, v. 17, n. 6, p. 807-819, 2007.
- MAURO, Frédéric. Celso Furtado, Criatividade e dependência na civilização industrial [resenha]. *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien*. Toulouse, v. 33, n. 1, p. 281-283, 1979.
- MYRDAL, Gunnar. *Economic theory and underdeveloped regions*. Londres: Duckworth, 1957.
- PERROUX, François. *L'Économie du XX^e siècle*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1991 (Col. *Œuvres complètes*, tomo V, n^o 1).
- PREBISCH, Raúl. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.
- RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/CEPAL, 2009.

- ROSENTHAL, Gert. *ECLAC: a commitment to a Latin American way toward development*. In: BERTHELOT, Yves (ed.). *Unity and diversity in development ideas: perspectives from the UN regional commissions*. Bloomington: Indiana University Press, 2004.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente. *El Trimestre Económico*. México, v. 38, n. 152(4), p. 905-950, 1971.
- TOYE, John; TOYE, Richard. *The UN and global political economy: trade, finance, and development*. Bloomington: Indiana University Press, 2004.
- VELIZ, Claudio (ed.). *Obstacles to change in Latin America*. London: Oxford University Press, 1965.